

1 JUN 1986

FOLHA DE SÃO PAULO

FOLHA DE S

Paulistas já podem fazer propostas para a Constituinte pelo telefone

Da Reportagem Local

Alexandre Tokitaka

Já existe uma forma muito fácil para qualquer cidadão paulista fazer propostas ao Congresso constituinte a ser eleito em novembro próximo: basta pegar o telefone, discar 277-1300 ou (800-2277 para quem ligar de cidades do interior paulista) e registrar a proposta, qualquer que seja ela. Você será atendido educadamente: além de agradecimentos por ter ligado, receberá em sua casa, pelo correio, uma "cartinha da Constituinte", junto com uma cópia de sua proposta, registrada em computador.

Trata-se do serviço "Linha Direta para a Constituinte", instituído pela Secretaria de Descentralização e Participação do governo paulista, em colaboração com a Telesp. Com pouquíssima divulgação, o serviço começou a funcionar no dia 8 de maio e, até a última quinta-feira, havia recebido mais de mil ligações. Todas as propostas serão agrupadas e posteriormente enviadas ao Congresso Constituinte, onde se integrarão às outras propostas oferecidas pela sociedade civil.

Segundo o recém-empossado secretário de Descentralização e Participação, Carlos Figueiredo, 42, as propostas que têm chegado com maior frequência dizem respeito a direitos trabalhistas, como aposentadoria aos 25 anos de trabalho para mulheres e aos 30 para homens; regime de estabilidade no emprego para pessoas com mais de 45 anos; redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; e ainda extensão



O secretário Carlos Figueiredo e o computador que armazena as propostas

às empregadas domésticas de todos os direitos previdenciários.

Outro grupo de propostas muito sugeridas enquadra-se no capítulo "direitos e garantias individuais". Destacam-se a instituição da pena de morte, a proibição do porte de armas para civis, a unificação das polícias Militar e Civil, e a construção de colônias penais agrícolas. Logo em seguida vem o grupo de propostas sobre direitos políticos, como instituição do voto facultativo, proibição de reeleição de parlamentares, cumprimento integral de mandatos eletivos e extensão do direito a voto a cabos e soldados. Carlos Figueiredo cita ainda algumas propostas curio-

sas que chegaram com certa frequência, como a descriminalização da maconha e obrigatoriedade de os políticos cumprirem em dois anos todas as promessas feitas na campanha eleitoral.

Sem recursos financeiros, a Secretaria de Descentralização e Participação estuda formas de divulgar seu serviço através de campanha publicitária. E a Telesp informa que, caso seja solicitada, poderá instalar um telefone de três dígitos para o serviço, o que o tornaria gratuito também para assinantes da cidade de São Paulo e dispensaria o uso de fichas telefônicas em aparelhos públicos.